

#AÁguaÉUmaSó

Norma de Referência de Modelos de Regulação Tarifária

Renê Gontijo

Coordenador de Regulação Tarifária

Superintendência de Regulação de Saneamento Básico

rene.gontijo@ana.gov.br



Agenda Regulatória 2022-2024

Lei nº 9.984/2000

Art. 4º-A. § 1º Caberá à ANA estabelecer normas de referência sobre:

II - **regulação tarifária** dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a promover a prestação adequada, o uso racional de recursos naturais, o equilíbrio econômico-financeiro e a universalização do acesso ao saneamento básico; (grifo nosso)

Modelos de
Regulação

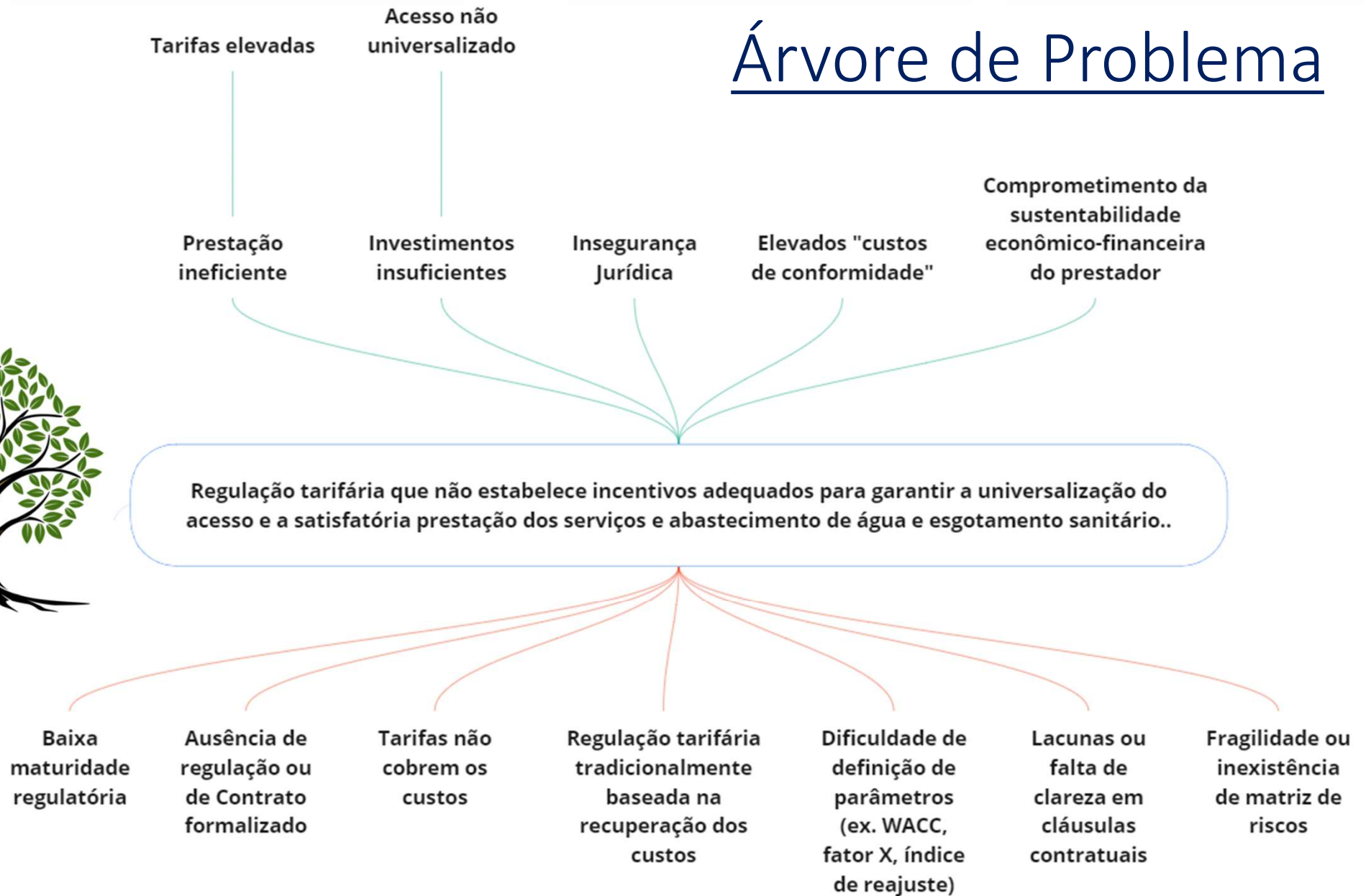
Estrutura
Tarifária

Reajuste
Tarifário

Revisão
Tarifária

#AÁguaÉUmaSó

Árvore de Problema



Fragilidades e Estratégias de Ação

Baixa maturidade
regulatória

- Regulação Contratual rígida e previsível
- Regulação Discricionária padronizada

Tarifas não
cobrem os custos

- Metodologia de composição da tarifa
- Reajuste anual e NR de Reajuste

Baixos incentivos
à eficiência

- Regulação por incentivo
- Padronização permite comparação

Risco de
Descumprimento
contratual

- Indicador de desempenho e qualidade
- NR de Reajuste

Lacunas e
Dificuldades em
definir parâmetros

- Padronização observando as particularidades locais



+ Segurança Jurídica
+ Previsibilidade
+ Inovação
+ Competição
+ Investimento
+ Cobertura

#AÁguaÉUmaSó

Modelos de Regulação

	Regulação Contratual	Regulação Discricionária
Aplicação	Contratos de concessão precedidos de licitação com tarifa modelada em leilão;	Prestação Direta; Contratos de programa; Contratos de concessão, precedidos de licitação com tarifa modelada em Revisão Tarifária Periódica;
Tarifa	Definida no Leilão	Definida na Revisão Tarifária Periódica
Revisão	Revisão Ordinária	Revisão Tarifária Periódica
Contratos Vigentes	<u>Permanecem inalterados</u>	Licitados: <u>Permanecem inalterados</u> Contratos de Programa e Prestação Direta: <u>devem se adaptar em até 2026.</u>

Regulação Contratual

- ✓ Definição da tarifa pela licitação;
- ✓ Revisões ordinárias e extraordinárias
 - > deve manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial
 - > como regra geral não prevê compartilhamento de ganhos de produtividade ao longo da vigência, mas não impede que o contrato possa determinar algum instrumento nesse sentido

Art. 13. A revisão ordinária trata da revisão de **parâmetros específicos determinados em contrato**, podendo incluir pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro que não tenham sido contemplados na revisão extraordinária, bem como repactuações de cláusulas contratuais, mediante acordo entre as partes.

§ 1º **Os procedimentos e conteúdo** das revisões ordinárias **devem estar explícitos no contrato**, sendo qualquer alteração precedida de acordo entre titular e prestador do serviço.

Transição de contratos de programa para contratos de concessão

Tanto o modelo contratual como o discricionário são possíveis. O titular deve definir claramente:

- o modelo de regulação; e
- a forma de definição da tarifa.

Revisão Ordinária x Revisão Tarifária Periódica

- A existência de revisões periódicas não implica, necessariamente em um modelo de regulação discricionário, por este motivo que a NR optou, intencionalmente, por diferenciar o instrumento da revisão ordinária da revisão tarifária periódica;

Regulação Discrecional

Regulação por Incentivos

Art. 22. São objetivos da regulação:

...

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, por **mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários.**

...

Art. 29, § 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

...

VIII - incentivo à **eficiência** dos prestadores dos serviços.

...

Art. 38. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - **periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários** e a reavaliação das condições de mercado;

OPEX e CAPEX



Custos e
Ativos
elegíveis



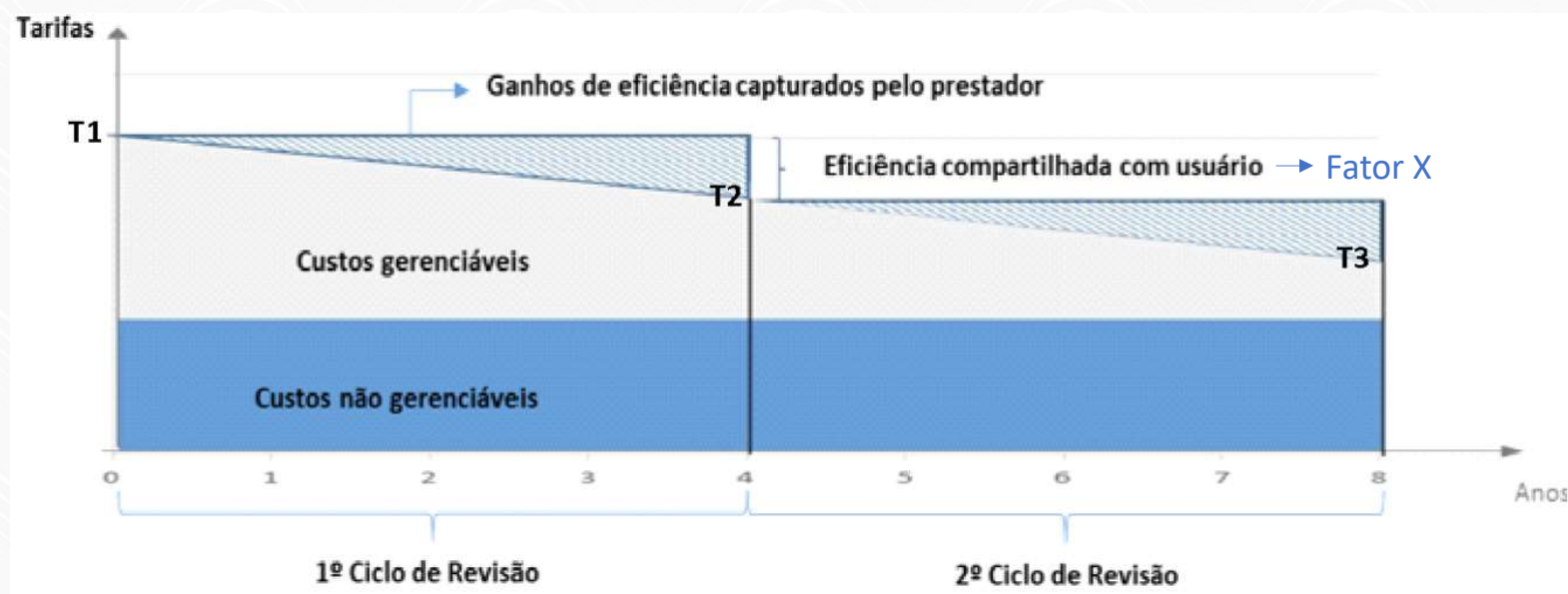
Custos e
Ativos não
elegíveis



Benchmark
e Análise
de
Eficiência

Fator X

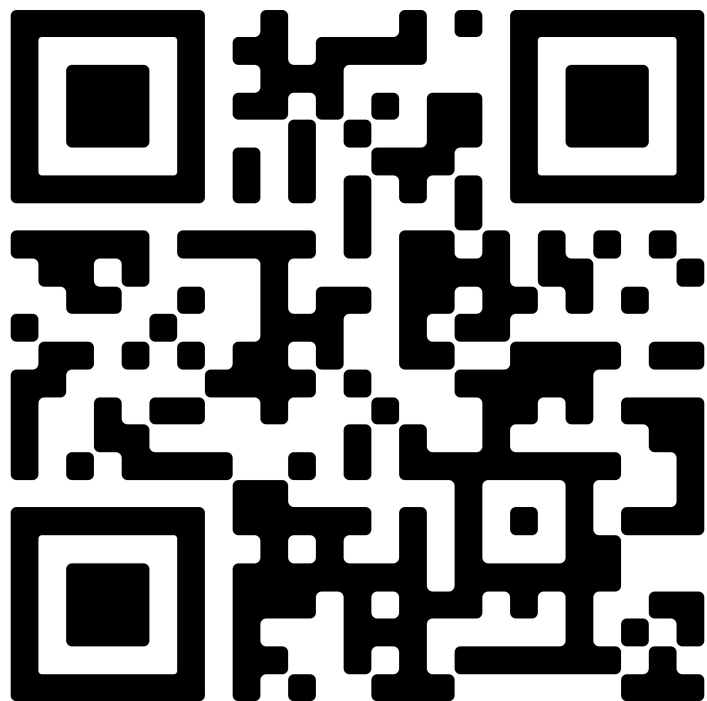
NR: Art. 23. O compartilhamento da eficiência do prestador do serviço para fins de modicidade tarifária será dado pelo **Fator X**, cuja metodologia será descrita em normativo específico a ser editado pela ANA.





**PARTICIPE DAS
DECISÕES DA ANA**

Sistema de Participação Social nas Decisões da ANA



Escaneie o Código para acessar

Consulta Pública nº 4 / 2023

Norma de Referência de Modelos de Regulação Tarifária

Período de contribuição de 08:00 h do
dia 18/08/2023 até as 18:00 h do dia
10/11/2023

#AÁguaÉUmaSó

Obrigado!



ANA

**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO**